



Graduação Pós-Graduação
 Artigo completo Relato de prática Resumo expandido

UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE DOURADOS (MS) E SEUS EFEITOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gerusa Cella Puntel
UCDB
gcellapf@gmail.com

Claudia Vera da Silveira
UEMS
claudiaveradasilveira@gmail.com

Rosele Marques Vieira
UEMS
rosele@uems.br

Resumo: O objetivo deste trabalho foi analisar a atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC) de Assistência Social no município de Dourados-MS e suas implicações para o desenvolvimento regional. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem mista (qualitativa e quantitativa). Os procedimentos incluíram revisão bibliográfica e documental, análise de dados secundários e entrevistas com gestores e moradores locais. Os resultados indicam que a atuação das OSC em Dourados contribui significativamente para a qualidade de vida da população atendida, promovendo bem-estar às famílias em situação de vulnerabilidade. Entretanto, identificaram-se desafios como a dependência financeira e longas filas de espera para acesso aos serviços. Conclui-se que, apesar dos gargalos estruturais, a atuação dessas entidades é um vetor fundamental para a promoção do desenvolvimento na região.

Palavras-chave: Organizações da Sociedade Civil. Assistência Social. Desenvolvimento Regional. Dourados-MS. Gestão Social.

1 INTRODUÇÃO

A nomenclatura OSC (Organizações da Sociedade Civil) consolidou-se internacionalmente na década de 1990, recebendo apoio de instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No âmbito nacional, a terminologia foi oficializada com a aprovação da Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Anteriormente, essas entidades eram denominadas Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou Organizações Não Governamentais (ONG). Comumente, tais entidades são situadas no chamado Terceiro

Setor.

É relevante destacar que, embora toda OSC possa ser considerada uma ONG no senso comum, para a formalização jurídica como OSC é necessário satisfazer condições estabelecidas no Marco Regulatório, como por exemplo, ter o estatuto e ata de fundação devidamente registrados. Essas entidades oferecem serviços sociais essenciais, atuando em áreas como acolhimento institucional, reforço escolar, apoio a idosos e pessoas com deficiência, além de capacitação profissional, contribuindo diretamente para o desenvolvimento local.

As OSC possuem potencial de mobilização social e solução de problemas pontuais que culminam no desenvolvimento regional. A definição de desenvolvimento local, sob a ótica social e do protagonismo do indivíduo, agrega a possibilidade de melhoria das condições de assistência de uma comunidade. Torna-se pertinente, portanto, observar as estratégias de desenvolvimento a partir da recuperação de indivíduos e do estímulo de vocações e competências (ÁVILA et al., 2000; DORSA, 2019).

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a gestão das Organizações da Sociedade Civil (OSC) vinculadas à Secretaria de Assistência Social no município de Dourados-MS e suas implicações para o desenvolvimento local. Os objetivos específicos são: 1) Caracterizar a distribuição territorial e tipificação das OSC na cidade; 2) Investigar as estratégias de mobilização de recursos e as formas de prestação de contas; e 3) Identificar os principais desafios de gestão enfrentados por essas entidades; 4) Evidenciar a criação de novas OSC após o Marco Regulatório.

A relevância do estudo justifica-se pelos desafios administrativos que essas organizações enfrentam, como o equilíbrio na captação de recursos (públicos e privados), a qualificação de colaboradores e a transparência na prestação de contas, fatores que impactam diretamente os resultados entregues à sociedade.

A relação entre as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ultrapassa a simples execução de projetos; ela se configura como um mecanismo importante de governança territorial. Para que o desenvolvimento local ocorra de maneira endógena e sustentável, é necessário que as metas globais da ONU sejam compreendidas dentro da realidade micro do território, processo no qual as OSC atuam como agentes de intervenção.



2 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO SOCIAL

Até meados do século XX, predominava o modelo de crescimento econômico clássico, baseado na acumulação de capital, onde os problemas regionais eram vistos apenas como desajustes espaciais de fatores de produção (BASTOS, 2005). Furtado (2000) ampliou essa visão ao diferenciar desenvolvimento regional de mero crescimento econômico, inserindo a necessidade de superação de problemas socioeconômicos e arranjos institucionais. O desenvolvimento, assim, passa a envolver liberdade de oportunidades, bem-estar e justiça social.

Sachs (2004) reforça que a base econômica deve ser incluyente, ligando o desenvolvimento diretamente à qualidade de vida. Sen (2001) defende a garantia de acesso a serviços públicos de qualidade como reflexo nos indicadores sociais, enquanto Sant'Ana (2008) alerta que o avanço econômico, por si só, não garante coesão social ou laços familiares se houver má distribuição de renda.

Nessa perspectiva, Amaral Filho (2001) define o desenvolvimento endógeno como um processo "de baixo para cima", partindo das potencialidades locais, em oposição à intervenção estatal centralizada. Dreher (2012) complementa que o local torna-se um campo dinâmico de relacionamentos para a gestão social.

Analisando dentro da ótica da administração pública atual, a complexidade dos problemas públicos — como a erradicação da pobreza (ODS 1) e a redução das desigualdades (ODS 10) — suscita a exigência de arranjos institucionais que consigam superar a atuação isolada do Estado. Conforme descrevem Mendonça, Medeiros e Araújo (2019), as parcerias entre o Estado e as OSCs, fortalecidas pelo Marco Regulatório (MROSC), não são apenas instrumentos de repasse financeiro, mas estratégias de inovação social. As autoras argumentam que essas organizações possuem a flexibilidade e o conhecimento tácito do território necessários para criar soluções aderentes às demandas locais, algo que a burocracia estatal rígida muitas vezes não consegue realizar.

Dessa forma, a atuação das OSC é expressivamente fundamental para o conceito de *accountability* e participação social, essenciais para o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Segundo Schommer et al. (2022), a coprodução de serviços públicos por meio das OSC tende a fortalecer a democracia local, ao transformar o cidadão de mero beneficiário em

participe do desenvolvimento. Para os autores, uma OSC atuando dentro da sociedade vulnerável, está construindo capital social e fortalecendo a comunidade para fiscalizar e co-construir as políticas públicas.

Por fim, a conexão com o desenvolvimento regional se dá pela capacidade das OSCs de atuarem nas falhas governamentais e societárias. Teodósio e Gonçalves Dias (2020) destacam que, em cenários de crise e retração de direitos, as organizações da sociedade civil assumem um protagonismo de resistência e resiliência. Eles defendem que a Agenda 2030 só será atingida se houver um reconhecimento de que as práticas de gestão social dessas entidades são vetores de sustentabilidade econômica e ambiental no nível local, gerando emprego, renda e proteção social onde o mercado não se interessa e o Estado tem limitações orçamentárias ou insuficientes.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DAS ENTIDADES

Nas décadas de 1960 e 1970, embora não houvesse a autodenominação atual, as entidades assistenciais já atuavam no Brasil, influenciadas pelo modelo de voluntariado norte-americano (NAVES, 2005). Durante a ditadura militar, muitas entidades foram fechadas, mas o período também gestou movimentos por redemocratização e direitos sociais (BITTAR, 2007).

Segundo o IPEA (2018), após 1990 houve um aumento de 62% no número de ONGs no país. Esse crescimento coincide com a implementação de políticas neoliberais e a transferência de responsabilidades do Estado para o Terceiro Setor, que passou a receber recursos públicos para executar atividades de cunho social (CAMARGO et al., 2001). Bobbio (1999) destaca a importância dessas associações como mediadoras fundamentais entre os indivíduos e o Estado.

A partir de 2011, com base em estudos sobre os impactos da nova legislação, Mendonça et al. (2025) analisaram a primeira década de vigência do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Os autores destacam que, apesar de o marco ter ampliado a segurança jurídica nas parcerias, sua implementação pelos municípios ainda apresenta limitações. Essas dificuldades decorrem, principalmente, das exigências administrativas impostas às OSC, que demandam capacidades técnicas específicas para o cumprimento da prestação de contas. Paradoxalmente, os mecanismos criados para assegurar maior transparência acabaram por aumentar a complexidade burocrática do processo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, com abordagem quali-quantitativa. Os dados secundários foram obtidos junto à Prefeitura Municipal de Dourados e à Secretaria de Assistência Social, abrangendo o período de 2012 a 2022.

A coleta de dados primários foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), sob o CAAE 76405723.6.0000.8030. O recorte da pesquisa abrangeu as seguintes OSC: Ação Familiar Cristã, Lar do Idoso, Associação de Pais e Amigos dos Autistas da Grande Dourados (AAGD), APAE, Lar Ebenezer, Associação Pestalozzi, Casa Criança Feliz, Missão Toca de Assis, Centro de Integração do Adolescente Dom Alberto (CEIA), Instituto Fuziy e Lar Santa Rita.

Aplicou-se um questionário aos gestores, composto por 18 questões (fechadas, escala Likert e abertas), abordando caracterização, gestão, prestação de contas e captação de recursos. Complementarmente, realizou-se uma pesquisa de opinião com 45 moradores vizinhos às instituições em março de 2024, dispensada de análise ética conforme Resolução CNS nº 510/2016, visando identificar a valoração do trabalho pela comunidade.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS OSC NA CIDADE DE DOURADOS-MS

O estudo de campo restringiu-se à análise das Organizações da Sociedade Civil devidamente cadastradas na Secretaria Municipal de Assistência Social e que atendiam aos critérios estabelecidos para o recebimento de recursos públicos. Verificou-se que as Secretarias Municipais de Saúde e Educação também mantêm OSC cadastradas e realizam repasses financeiros conforme normativas específicas de cada pasta; contudo, tais organizações não integraram o escopo desta pesquisa, configurando-se como possibilidade para investigações futuras.

No que se refere ao critério de partilha vigente no ano de 2012, identificou-se a existência de 12 entidades cadastradas, conforme disposto na Resolução nº 084/2012, publicada no Diário Oficial do Município nº 3.183, de 14 de fevereiro de 2012. O Quadro 1 apresenta as Organizações da Sociedade Civil da área da Assistência Social em atuação naquele ano, bem como o número de atendimentos realizados e os respectivos valores de recursos públicos recebidos.



Quadro 1 - Distribuição das OSC por área de atuação na cidade de Dourados-MS

Atividade Econômica	Quantidade de OSC	%
Religião	330	39,71
Desenvolvimento e Defesa de Direitos	187	22,50
Cultura e Recreação	97	11,67
Outras atividades associativas	67	8,06
Assistência Social	40	4,81
Associações patronais, profissionais e de produtores rurais	31	3,79
Educação e Pesquisa	29	3,49
Sem informação	24	2,89
Outros	17	2,05
Saúde	9	1,08
Total	831	100,00

Fonte: IBGE (2016)

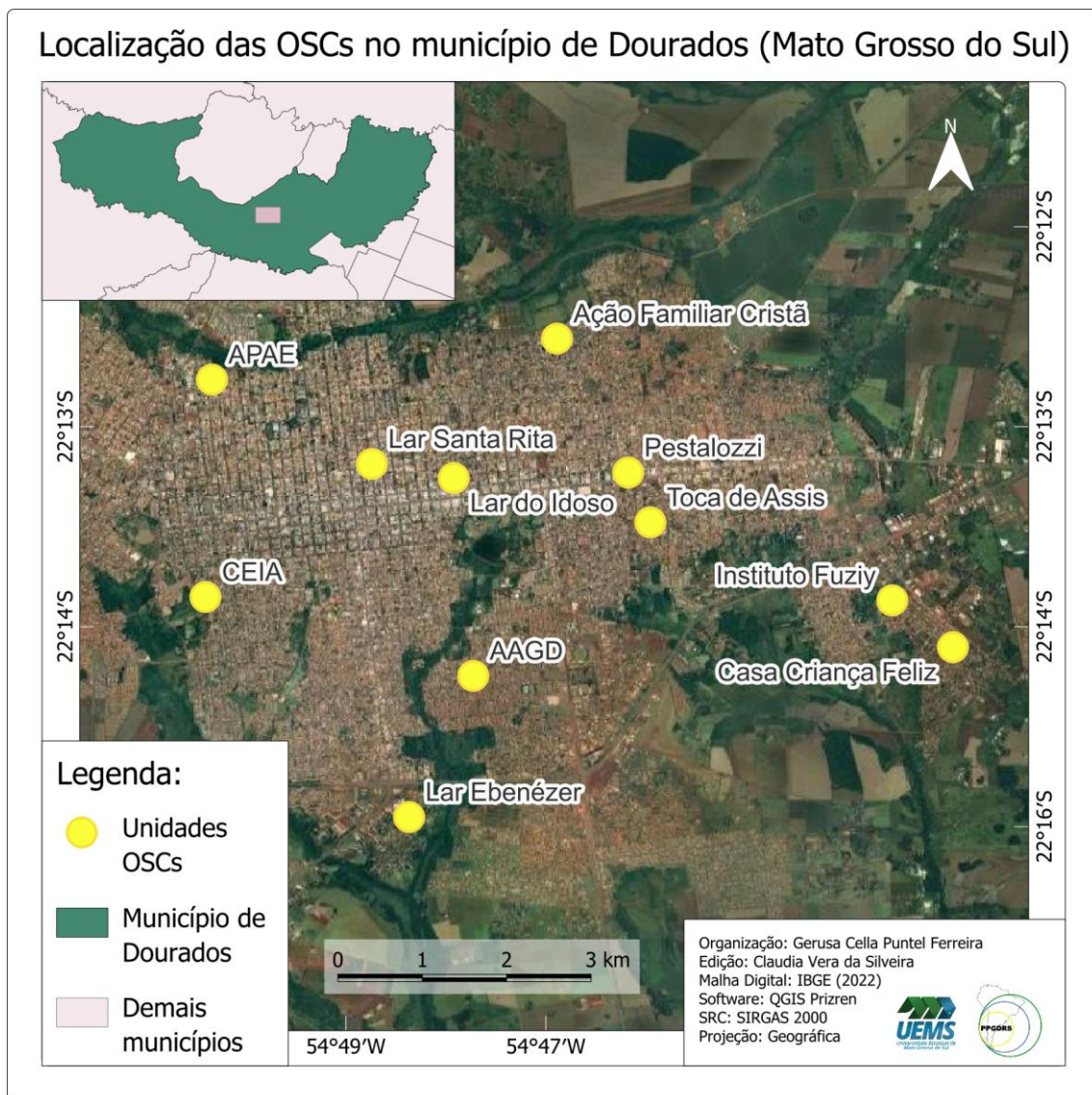
O Quadro 1 demonstra a distribuição geral das entidades no município, de acordo com dados obtidos pela Secretaria de Assistência Social do município de Dourados-MS. De acordo com a Secretaria de Assistência Social (2023), existem 281 entidades ativas, mas apenas 11 OSC encontram-se devidamente legalizadas e aptas a receber recursos públicos conforme o Marco Regulatório para a assistência social. Cabe mencionar que Dourados (MS), tem uma população de 243.367 habitantes (IBGE, 2022), ocupa a segunda posição no estado em número de entidades do Terceiro Setor.

A tipificação dos serviços das OSC aptas para receber recursos públicos divide-se em: Proteção Social Básica e Especial (Média e Alta Complexidade). Na pesquisa verificou-se que a distribuição percentual foi de 36% para a Alta Complexidade atendendo entidades como Lar Santa Rita e Lar do Idoso; 36% para Proteção Social Básica que atende instituições como Instituto Fuziy e CEIA; 27% para a Média Complexidade que atende entidades como a APAE e Pestalozzi. Foi possível verificar uma concentração de instituições na região central do município de Dourados, havendo uma lacuna de atendimento em bairros periféricos de alta vulnerabilidade.

Para visualizar a capilaridade da rede socioassistencial no município, procedeu-se ao georreferenciamento das entidades atuantes. A espacialização permite identificar não apenas a

quantidade, mas a disposição estratégica desses equipamentos no território. O Mapa 1, a seguir, ilustra a localização das OSC por áreas de atuação dentro do perímetro urbano de Dourados-MS, evidenciando os bairros contemplados e as regiões com maior densidade de instituições.

Mapa 1: Localização das OSC na área urbana da Cidade de Dourados-MS.



Fonte: Ferreira e Silveira (2024)

Ao analisarmos o Padrão de Concentração Central (Centralidade Urbana), nota-se uma nítida aglomeração de pontos na região central da cidade. Isso indica que a oferta de serviços assistenciais está geograficamente concentrada onde, historicamente, a infraestrutura urbana é mais consolidada. Segue conceito de Santos (1993) onde aborda a centralidade a partir da economia política. Ele mostra como a área central atende tanto ao "circuito superior" (bancos, grandes corporações, tecnologia) quanto ao "circuito inferior" (comércio informal, camelôs), e



como o Estado prioriza o centro em detrimento da periferia. Esse fenômeno é comum em cidades médias brasileiras e sugere uma possível desigualdade no acesso: os serviços estão onde a cidade é mais estruturada, mas não necessariamente onde a demanda social (população vulnerável) reside majoritariamente.

Pode ser constatado também uma periferia atual desassistida ao observar as áreas periféricas (bordas do mapa), percebe-se uma dispersão muito maior e até ausência de pontos. Isso corrobora a discussão sobre a necessidade de descentralização das políticas públicas. Se as OSC atuam na proteção básica e especial, sua ausência nas franjas urbanas pode obrigar a população mais carente a grandes deslocamentos para acessar direitos básicos, criando uma barreira geográfica à cidadania.

Quanto ao planejamento urbano e políticas públicas o Mapa 1 pode ser utilizado como uma ferramenta diagnóstica, pois permite observar que a malha de proteção social não é homogênea. Para o desenvolvimento regional, isso implica que o crescimento da cidade não foi acompanhado proporcionalmente pela expansão da rede de assistência social do terceiro setor.

A exclusão social é um fenômeno complexo impulsionado pela lógica capitalista e tecnológica, conforme aborda Escorel (1999), e que se manifesta de forma peculiar no Brasil devido a um racismo velado que, ao se fundir com a pobreza, agrava fortemente a marginalização (ZALUAR, 1997). Para mitigar esses danos, Castel (*apud* COSTA, 1998) defende a urgência de políticas públicas específicas e individualizadas, ao passo que Martins (2002) critica duramente a hipocrisia social que nega essa perversidade e sustenta um modelo de desenvolvimento econômico focado em excluir a massa populacional da riqueza. Por fim, ampliando a crítica aos efeitos da globalização, Morin (2013) alerta que a cultura deve ser utilizada como uma ferramenta essencial de desenvolvimento regional para evitar a perda de identidade e proteger o sentimento de pertencimento das minorias vulneráveis.

Assim, embora existam muitas OSC, sua distribuição não obedece necessariamente à lógica da vulnerabilidade social territorial, mas sim a outras lógicas (como a disponibilidade de imóveis centrais ou a origem histórica das instituições).

5.2 CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL DAS OSC EM DOURADOS-MS.

No que diz respeito ao tempo de experiência em gestão, observa-se significativa heterogeneidade entre as Organizações da Sociedade Civil do município. A entidade mais antiga foi fundada em 1954, acumulando 67 anos de atuação contínua na prestação de serviços de

assistência e acolhimento à população idosa. Em contrapartida, as instituições mais recentes — a AAGD e o Instituto Fuziy — tiveram sua criação nos anos de 2014 e 2010, respectivamente. Destaca-se, a título ilustrativo, que a AAGD, embora possua trajetória relativamente recente, com cerca de 14 anos de atuação junto à comunidade autista, já conta com sede própria, o que pode estar associado ao fortalecimento das políticas públicas direcionadas a essa área. A Tabela 1 sistematiza as informações referentes ao ano de fundação das OSC do município de Dourados.

Tabela 1 - Data de fundação das OSC do município de Dourados

OSC	Data de fundação
Asilo Velhice Desamparada	1954
Lar Santa Rita	1965
APAE	1973
Pestalozzi	1985
Lar Ebenezer	1988
CEIA	1994
Casa Criança Feliz	1996
Ação Familiar Cristã	2003
Toca de Assis	2003
AAGD	2010
Instituto Fuziy	2014

Fonte: Elaboração própria (2024).

O Asilo de Idosos Asilo Velhice Desamparada, configura-se como a instituição mais antiga do município. Em seguida, destaca-se o Lar Santa Rita com 59 anos de funcionamento, e a APAE, que possui 51 anos de atuação voltada ao atendimento de pessoas com deficiência. O Instituto Fuziy, por sua vez, é a instituição mais recente, com aproximadamente 10 anos de atuação, desenvolvendo ações prioritariamente na modalidade de fortalecimento de vínculos entre crianças e adolescentes.

Após a entrada em vigor do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, não houve aprovação de novas instituições junto à Secretaria Municipal de Assistência Social de Dourados-MS. Esse cenário torna-se particularmente preocupante diante do crescimento urbano do município, que resultou na expansão de novos bairros desprovidos de organizações sem fins lucrativos capazes de atender às demandas sociais emergentes.

Tal realidade corrobora as análises de Jacques *et al.* (2014), ao evidenciar que, enquanto as demandas sociais e demográficas se intensificam, os recursos públicos destinados ao setor tendem à retração. No caso específico de Dourados-MS, dados do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, nos últimos dez anos, o município apresentou um crescimento populacional de 47.332 habitantes, passando de 196.035 em 2010 para 243.367 em 2022.

Em contrapartida, a análise dos repasses financeiros destinados às OSCs no mesmo período revela uma redução dos investimentos públicos. Em 2012, os registros apontam um montante de R\$ 656.218 provenientes da partilha de recursos.

Ao analisar o Critério de Partilha do ano de 2012, existiam 12 entidades cadastradas, conforme Resolução n 084/2012 publicado no Diário Oficial do Município n 3.183 de 14/02/2012. O Quadro 2 apresenta as OSC da Assistência Social que atuavam no ano de 2012 assim como também o número de atendimento e os recursos públicos recebidos.

Quadro 2 – Critério de Partilha, capacidade de atendimento e recursos públicos (2012)

Unidade Executora	Público	Capacidade de Atendimento	Valor Anual (R\$)
Ação Familiar Cristã	Crianças e adolescentes	200	58.657
Casa da Criança Feliz	Crianças e adolescentes	186	58.657
Ceia	Crianças e adolescentes	323	101.861
Casa da esperança	Usuários de substancias psicoativas	35	46.599
Novo Olhar	Usuários de substancias psicoativas	40	23.965
Apae	Pessoa com Deficiência	152	85.719
Pestalozzi	Pessoa com Deficiência	120	44.723
IAME	Crianças e adolescente	35	40.908
Lar do Idoso	Idosos	45	51.361
Lar Ebenezer	Crianças e adolescente	50	58.446
Lar Santa Rita	Crianças e adolescente	50	58.446
Toca de Assis	Adultos	30	26.876
12 OSC		1.266	656.218

Fonte: Diário Oficial n. 3.183/2012.

Em 2012, a pesquisa apurou 12 OSC que receberam recursos públicos e se encontravam aptas, o número de atendimento médio foi de 1.266 e o valor repassado pelo governo foi de aproximadamente R\$ 656.218,00. Passado uma década, dando um salto para o ano de 2022, observa-se que, houve redução da quantidade de organizações. Nesse ínterim, saíram a Casa da

Esperança e Novo Olhar que passaram a pertencer a Secretaria de Saúde, e o IAME que teve dificuldades com a regularização da prestação de contas e não submeteu projetos novamente nos anos seguintes (SAS, 2024).

Já em 2022, os valores repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) totalizaram R\$ 617.917, representando uma diminuição de R\$ 38.301 ao longo de uma década. Ressalta-se, ainda, que nesse intervalo temporal o número de instituições beneficiadas permaneceu praticamente estável, considerando tanto aquelas que deixaram de integrar quanto as que passaram a compor a planilha de repasses do município.

5.3 PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE

Uma análise adotada neste estudo para avaliar o impacto das Organizações da Sociedade Civil na sociedade douradense consistiu na realização de uma pesquisa de opinião com indivíduos que foram diretamente beneficiados pelas ações dessas instituições no município de Dourados-MS. Para esse fim, aplicou-se uma única questão dissertativa, concedendo-se aos participantes tempo livre para relatar suas experiências e vivências durante o período em que estiveram vinculados à instituição.

A pergunta formulada foi: “*Conte-me sobre sua experiência na Instituição (nome da OSC) e de que forma você acredita que essa experiência impactou sua vida.*” Ressalta-se que foram adotados cuidados éticos para assegurar o anonimato dos participantes, sendo as identidades substituídas por códigos numéricos. No Quadro 2 apresenta-se uma síntese dos depoimentos coletados junto às pessoas que passaram pelas OSC no município de Dourados-MS.

Quadro 2 – Síntese da pesquisa de opinião de pessoas que utilizaram os serviços de alguma OSC em Dourados-MS.

ENTREVISTADO	BAIRRO	Pergunta: Conte-me sobre sua experiência na instituição e como você acredita que impactou sua vida?
1	Santa Rosa	...todas as atividades me ensinaram sobre a minha profissão na área de informática...eu sempre queria abandonar tudo, os professores me ajudaram a não desistir.
2	Jardim Maracanã	...comecei da época que tinha poucos recursos, aprendi o modo correto de ler e fiz amizades. Hoje sou voluntária também.
3	Canaã	...pra mim foi um dos lugares que mais significou na minha vida.
4	Parque das Nações	...aprendi educação, respeito, artes manuais...o projeto é minha segunda casa.
5	Vila Rosa	... nele aprendi parte de tudo que sei hoje...testificar minha história sem falar desse projeto é impossível.

6	Canaã	...antes de ir pra CEIA ficava na rua apreendendo muita coisa errada, enquanto minha mãe trabalhava.
7	W5	...eu cheguei arrasada, com um diagnóstico de autismo, fui acolhida pela psicóloga, meu filho recebeu atendimento psicopedagógico e exercícios físicos. Hoje conseguimos ter muita evolução, e nada teria sido possível sem a AAGD.
8	São Braz	“meu pai tinha saído de casa, não tinha dinheiro pra comida em casa, eles levaram cesta básica e eu fiz aula de capoeira.”
9	Parque das Nações	“aprendi a importância do trabalho, hoje tenho minha própria empresa, os princípios ficaram gravados na minha mente.”

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A pesquisa de opinião com os moradores vizinhos às OSC revelou unanimidade na aprovação dos trabalhos. Relatos como *"antes a gurizada ficava na rua, hoje tem lugar pra aprender"* e *"meu filho ficou muitos anos, hoje só tenho a agradecer"* evidenciam o impacto positivo no tecido social e o desenvolvimento humano promovido por essas instituições.

Apesar da conformidade legal, os gestores apontaram o excesso de burocracia para a prestação de contas dos recursos públicos e a instabilidade nos repasses como entraves significativos. A criação da última Organização da Sociedade Civil (OSC) ocorreu há mais de dez anos e, após a instituição do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, em 2014, não houve adesão de novas OSC junto à Secretaria de Assistência Social do município de Dourados. Algumas tentativas de adesão ainda ocorrem, mas acabam ficando inertes pelas exigências documentais recentes.

5.4 CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

No intervalo de dez anos, observou-se a inclusão de apenas uma nova Organização da Sociedade Civil no rol de entidades cadastradas, a saber, o Instituto Fuziy. O Quadro 3 apresenta as Organizações da Sociedade Civil da área da Assistência Social em atuação no ano de 2022, bem como o número de atendimentos realizados por cada instituição.

Quadro 3 – Capacidade de atendimento e recursos públicos (2022)

Unidade Executora	Público	Capacidade de Atendimento	Demanda Atual	Demanda Reprimida (Fila Espera)
Ação Familiar Cristã	Crianças e adolescentes	186	186	Não soube responder
Casa Criança Feliz	Crianças e adolescentes	188	188	80
Ceia	Crianças e adolescentes	240	240	180

Instituto Fuziy	Crianças, adolescentes, adultos	300	352	Não contabilizado
AAGD	Pessoa com Deficiência	200	200	500
Apae	Pessoa com Deficiência	152	127	-
Pestalozzi	Pessoa com Deficiência	130	130	25
Lar do Idoso	Idosos	40	40	-
Lar Ebenezer	Crianças e adolescente	40	-	-
Lar Santa Rita	Crianças e adolescente	40	27	(depende de envio judicial)
Toca de Assis	Adultos	18	18	3 a 4 pessoas mensais para moradia.
12 OSC		1.534	1.508	785

Fonte: elaborada pela autora com base no questionário (2024).

A partir das informações apresentadas no Quadro 3, verificou-se que, no ano de 2022, o número de atendimentos realizados pelas OSC da Assistência Social totalizou 1.508 pessoas, ao passo que a fila de espera alcançou aproximadamente 875 indivíduos. Quando comparados aos dados de 2012, observa-se que naquele ano foram atendidas 1.266 pessoas, o que representa um acréscimo de cerca de 250 atendimentos ao longo de quase uma década. Esses números evidenciam que não houve aumento significativo na capacidade de atendimento à população, apesar da relevância social dos serviços prestados.

Nesse contexto, os resultados indicam a necessidade de ampliação da capacidade operacional das OSC, o que pressupõe, de forma concomitante, a expansão dos recursos financeiros disponíveis, seja por meio de repasses públicos, doações privadas ou outras fontes de financiamento.

Ressalta-se, ainda, que, ao longo desse período de dez anos, o número de Organizações da Sociedade Civil vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social permaneceu praticamente inalterado, passando de 12 instituições em 2012 para 11 em 2022. Observou-se também que, a partir de 2014, não houve a criação de novas instituições, mantendo-se em atividade predominantemente as organizações já existentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que as OSC de Dourados desempenham um papel crucial no desenvolvimento regional, preenchendo lacunas deixadas pelo Estado, especialmente no atendimento a crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade. A atuação dessas entidades vai além do assistencialismo, promovendo cidadania e reestruturação familiar.

Entretanto, a sustentabilidade dessas organizações é frágil. A dependência de doações privadas para cobrir a maior parte dos custos e a burocracia excessiva na gestão dos recursos públicos são gargalos que limitam a expansão dos atendimentos, resultando em longas filas de espera.

As OSC atualmente vinculadas à política de Assistência Social no município foram majoritariamente criadas na década de 2000. Desde esse período, o território urbano passou por significativas transformações, com a expansão da malha urbana e o surgimento de novos bairros caracterizados por elevados índices de vulnerabilidade social, muitas vezes superiores àqueles onde inicialmente se concentravam os projetos desenvolvidos pelas OSC existentes. Contudo, apesar do aumento das demandas sociais nesses novos territórios, não se observa a criação ou adesão de novas OSC para o atendimento dessas populações. Nesse contexto, as ações de caráter assistencial nesses bairros vêm sendo, em grande parte, assumidas por instituições religiosas, por meio de iniciativas voluntárias e não institucionalizadas.

Entretanto, não foi possível mensurar esses resultados em termos quantitativos ao longo dos anos de prestação dos serviços, uma vez que, de modo geral, os gestores das instituições não mantinham registros sistemáticos e contínuos dos atendimentos realizados em períodos anteriores, o que limitou a análise longitudinal. Em outros casos, as informações existentes ainda não haviam sido digitalizadas, encontrando-se registradas de forma manual, por meio de cadernos de anotações.

Apesar da ausência de dados históricos com recorte temporal definido, as informações disponibilizadas pelas Organizações da Sociedade Civil e analisadas neste trabalho mostraram-se úteis e relevantes, permitindo a realização de análises consistentes e a elaboração de generalizações acerca do perfil das OSC que atuam na área da Assistência Social no município de Dourados (MS).

Sugere-se o fomento à criação de novas entidades, especialmente nas periferias recentes,



e a formalização de uma rede de cooperação entre as OSC locais para fortalecer a representatividade política e a capacidade de gestão. O desenvolvimento local de Dourados passa, inegavelmente, pelo surgimento de novas instituições assim como o fortalecimento das organizações existentes.

REFERÊNCIAS

ABONG. **O impacto Social do Trabalho das ONGS no Brasil**. São Paulo: ABONG, 1998.

AMARAL FILHO, Jair do. Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento e políticas públicas**, Ipea, 2001.

ASSAF NETO, A.; ARAÚJO, A. M. P. D.; FREGONESI, M. S. F. A. Gestão baseada em valor aplicada ao terceiro setor. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 17, p. 105-118, 2006.

ÁVILA, V. F. et al. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: Editora UCDB, 2000.

BITTAR, M. A educação na ditadura militar. In: LOPES, E. M. T. et al. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BOBBIO, N. **Ensaio sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1998.

BRASIL. IBGE. **Cidades e Estados: Dourados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. IPEA. **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. Disponível em: <https://mapaosoc.ipea.gov.br/>. Acesso em: 23 maio 2022.

CAMARGO, M. F. et al. **Gestão do Terceiro Setor no Brasil**: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Futura, 2001.

CAZZOLATO, N. K. As dificuldades de gestão das organizações não-governamentais. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 11, n. 1, 2008.

DREHER, M. T. Gestão Social e a Atuação das Ongs Locais no Processo de Desenvolvimento Local da Região de Blumenau (SC). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 2, 2012.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu: Trajetórias de Exclusão Social**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.



FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 2000.

IPEA. **Perfil das Organizações da Sociedade Civil no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018.

JACQUES, F. V. S., Lucas, L. D. O., Quintana, A. C., & Machado, D. P. **Formas de financiamento do terceiro setor**, 2014.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MENDONÇA, P. M. E.; HOLANDA, B. M.; NEVES, L. V.; MACHADO, J. V. F. **Uma década do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e as parcerias no Brasil: revisão do escopo dos trabalhos publicados entre 2014-2023**. *Revista do Serviço Público (RSP)*, Brasília, v. 76, n. 1, p. 127-148, jan./mar. 2025. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br>.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Tradução Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 41-42 65 Op. cit. p. 44 66.

NAVES, R. O. **O Terceiro Setor na formação social brasileira**. 2005.

OLIVEIRA, I. M. D. S. **Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHOMMER, P. C. et al. **Coprodução e inovação social em serviços públicos: o papel das organizações da sociedade civil**. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 112-132, 2022.

TEODÓSIO, A. S. S.; GONÇALVES DIAS, S. L. **A gestão social e os desafios para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: reflexões a partir do contexto brasileiro**. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 27, n. 94, p. 650-671, 2020.

ZALUAR, Alba. **Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas**. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 12, p. 29-47, 1997.